

Parecer nº 187/99

Data: 1999.11.03

Processo nº 717

Requerente: Maria da Glória Oliveira Martins Cardoso Lopes

Requerido: Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo

1. Maria da Glória Oliveira Martins Cardoso Lopes, técnica superior principal a exercer funções no Centro Comunitário de Telheiras, veio apresentar queixa contra o Conselho Directivo do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo por não lhe ter respondido ao requerimento de 26 de Agosto de 1999 em que solicitou o acesso a documentos a ela respeitantes.
2. Os documentos a que a requerente pretende ter acesso vêm mencionados na informação nº 1601/99, de 18 de Maio da Direcção de Serviços de Gestão de Pessoal / Secção de Concursos e Assiduidade do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, comunicada na sequência de um requerimento de acerto salarial relativo ao tempo de ausência ao serviço, determinada para efeitos de apresentação a junta médica. Naquela informação faz-se referência a «antecedentes da funcionária em matéria de saúde, no que respeita a aspectos do foro psiquiátrico», «informações da Senhora Directora do Centro Comunitário de Telheiras» e a um «relatório elaborado pelo Serviço Social de Pessoal».

A requerente pediu acesso ao requerimento que apresentou em 15 de Abril de 1999, aos despachos inseridos naquele requerimento, à informação da Directora do Centro Comunitário de Telheiras, ao relatório elaborado pelo Serviço Social de Pessoal e ao(s) documento(s) que fundamente(m) os «antecedentes da funcionária em matéria de saúde, no que respeita a aspectos do foro da psiquiatria», todos mencionados na informação nº 1601/99, de 18 de Maio.

3. Tratando-se de documentos detidos por órgão do Estado que exerce funções administrativas, como sucede, é aplicável a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos (LADA) – Lei nº 65/93 de 26 de Agosto, alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho – cujo principio geral é o do livre acesso.

Todos os documentos pedidos respeitam à requerente pelo que não se justifica neste caso a recusa do acesso com base na protecção de dados pessoais («documentos nominativos» - artigos 7º e 8º) com o significado adoptado no artigo 4º, nº1 alínea c).

Por outro lado, não se afigura que possa existir aqui qualquer outra justificação para a recusa ou sequer para um protelamento do acesso.

4. Nos termos expostos, esta Comissão considera procedente a queixa apresentada pelo que o Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo deverá facultar à requerente o acesso imediato a todos os documentos solicitados.

Notifique-se.

Lisboa, 3 de Novembro de 1999.

Renato Gonçalves (Relator) – *José Magalhães* – *João Figueiredo* – *Vasco Almeida* – *Francisco de Brito* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra* – *Castro Martins* (Presidente)